

## Reconhecimento e validação de adquiridos experienciais, em Portugal

### – da inovação à escolarização

Carmen Cavaco

[carmen@ie.ulisboa.pt](mailto:carmen@ie.ulisboa.pt)

#### Resumo

A comunicação incide na análise do processo de reconhecimento e validação de adquiridos experienciais. A problematização centra-se na análise dos elementos de inovação e das dimensões associadas à escolarização do processo. A problematização resulta de dados empíricos recolhidos em investigações de natureza qualitativa, em Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – actualmente designados Centros Qualifica. O processo de reconhecimento e validação de adquiridos experienciais realizado em Portugal, na fase inicial, foi caracterizado por importantes elementos de inovação, sendo de destacar os seguintes: i) reconhecimento, validação e certificação de adquiridos experienciais ao nível da escolaridade básica, ii) o enfoque no processo de reconhecimento dos adquiridos experienciais do adulto, com base numa metodologia de natureza biográfica; iii) realização do processo em sessões presenciais e em pequeno grupo; iv) acompanhamento dos adultos; v) formação e acompanhamento das equipas dos Centros; vi) proximidade e lógica de partilha centrada na aprendizagem entre tutela e equipas dos Centros. A escolarização do processo de reconhecimento, validação e certificação de adquiridos experienciais ocorreu de uma forma progressiva e concomitante com a alteração dos elementos de inovação anteriormente identificados, atingindo o seu auge com a introdução de uma prova no processo. Esta reflexão permite problematizar a hegemonia da forma escolar, o desinvestimento na formação e no acompanhamento das equipas responsáveis pelo processo, a redução da diversidade de entidades envolvidos enquanto promotoras, a escassez de recursos humanos nas equipas, a redução do trabalho em equipa e em rede. De modo, a que “ninguém fique para trás” na educação de adultos em Portugal, é importante reconhecer que o processo de reconhecimento e validação de adquiridos têm um papel estruturante nas dinâmicas de formação, porquanto permite reconhecer os saberes de que os adultos são portadores, o que facilita o seu envolvimento e atribuição de sentido. As políticas públicas de educação de adultos em Portugal, nomeadamente, as orientadas para os adultos pouco escolarizados exigem continuidade no tempo e um carácter integrado, com uma atenção particular aos mais velhos e aos menos escolarizados (adultos analfabetos e adultos com escolaridade inferior ao 6º ano). Para se assegurar o direito à educação, nomeadamente, à aprendizagem da leitura e da escrita – competências fundamentais para a vida em sociedade e para o exercício da democracia – parece-nos essencial que as políticas públicas neste domínio sejam estruturadas: i) na diversidade de dinâmicas de formação; ii) na diversidade de actores envolvidos; iii) na promoção de uma rede territorial de proximidade com/entre os cidadãos; iv) em torno de uma componente de reconhecimento e validação de competências, que permita valorizar os saberes dos adultos e construir processos de formação “à medida”; v) na valorização de dinâmicas de

educação não formal, para conseguir mobilizar e envolver os designados “não públicos”; vi) numa lógica descentralizada, que permita o apoio financeiro e acompanhamento de projectos inovadores, realizados em entidades com reconhecida experiência de trabalho na área da educação de adultos e com capacidade de envolver os ditos “não públicos”.